PAINEL: A FORMAÇÃO DOS OPERADORES DO DIREITO
MESA: A LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DO PPGSD

25 de novembro de 2020, às 10h30

Composição da mesa:

Pedro Heitor Barros Geraldo
Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD)
Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Daniel Hirata
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Lenin Pires
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Programa de Pós-Graduaçãoem Justiça e Segurança (PPGJS)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Vivian Paes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Frederico Policarpo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

Esta mesa tem por objetivo apresentar o trabalho desenvolvido dos professores da linha de pesquisa "Políticas de Segurança Pública e Administração de Conflitos" do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF) desde sua criação. Apresentando os diferentes núcleos de pesquisa organizados a partir desta inserção institucional dos pesquisadores. Além do próprio NSD, o LAESP, o Psicocult e o GENI, que vêm aglutinando cada vez mais pesquisadores e formando recursos humanos em nível do mestrado e doutorado. Por fim, a mesa enfatiza o reconhecimento institucional dos pesquisadores por parte das agências de fomento à pesquisa, como a FAPERJ e o CNPq.

Pedro Heitor Barros Geraldo
Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD)
Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Estamos agora reunidos aqui para iniciar o nosso último dia do Seminário de Pesquisa "A organização profissional dos operadores do Direito". Hoje eu estou com os meus colegas da linha de Segurança Pública e Social, a Professora Vivian Paes, do Departamento de Segurança Pública. Foi professora da linha de "Políticas de Segurança Pública e de Administração de Conflitos" do PPGSD até se licenciar. O Professor Frederico Policarpo, que também é professor do Programa e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança. O Professor Daniel Hirata, do Departamento de Sociologia, e também professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. E o Professor Lenin Pires, que é diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos na UFF, é professor do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e também do PPGSD.

Então, agradeço a todos vocês pela gentileza e disponibilidade. Vou falar um pouco sobre a contribuição da linha de Segurança Pública ao PPGSD. Eu vou fazer uma pequena apresentação inicial da constituição da linha, um pequeno retrospecto de quando ela começou e o que nós já contribuímos. Em seguida, eu vou apresentar o NSD, antes de passar a palavra para o Professor Daniel.

A linha de pesquisa "Políticas de Segurança Pública e Administração Institucional de Conflitos", procura organizar e reunir professores e pesquisadores que estão discutindo o tema das políticas de segurança pública em nível nacional, mas também com diferentes abordagens quantitativas e diferentes abordagens de análise desses fenômenos, inclusive, articulando também diferentes disciplinas para atender a finalidade interdisciplinar da linha. A linha tem uma forte vocação às pesquisas de natureza qualitativa, sobretudo, utilizando-se etnografia como forma de produção de conhecimento. A linha de pesquisa foi criada em 2014, depois de um processo de avaliação interna dos professores. Foi o primeiro processo de avaliação que aconteceu no programa nos

seus 15 anos. Em 2014, fizemos 15 anos e foi a primeira vez que o programa foi avaliado internamente.

Fizemos um edital que teve várias consequências, uma delas foi a introdução da linha, a abertura do edital e a seleção dos professores, sendo selecionados, então, o Professor Frederico, Vivian, Daniel e Lenin, nesse primeiro edital. Logo em seguida, em 2015, nós oferecemos várias vagas e permanecemos até o ano passado, onde nós não participamos, a linha não ofereceu nenhuma vaga no edital do ano de 2019. E, desde que nós começamos a oferecer vagas, nós começamos a atender uma alta demanda de candidatos que existiam sobre esse tema da Segurança Pública na área do Direito, principalmente, essa é a principal vocação do programa.

A linha tem hoje, depois desses cinco anos, nós nos tornamos, todos da linha, Jovem Cientista do Nosso Estado. Nós quatro que permanecemos ativos ainda como professores permanentes. Tem quatro bolsistas JCNE da FAPERJ, e dois bolsistas de produtividade. Nós temos hoje vinculado o Professor Daniel Hirata, que coordena o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos. O Psicocult, que é o Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura, coordenado pelo Professor Frederico Policarpo. O Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública, que fazem parte o Professor Lenin e a Professora Vivian Paes. E o Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito, que eu vou falar depois.

Nós temos recursos humanos, e nós temos vários profissionais da área de Direito, principalmente, formados, todos eles sobre temas envolvendo Segurança Pública e Administração de Conflitos nas instituições policiais e judiciais. Nós temos muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado, nós chegamos a ter, inclusive, se não me engano, 34 trabalhos. Tem algumas entradas que são repetidas, que demonstram os trabalhos de coorientação. Eu já coorientei trabalhos com a Vivian, com o Lenin e com outros colegas. Isso demonstra também uma característica da nossa linha, não só essa vocação de reunir os alunos nos núcleos de pesquisa para essa socialização acadêmica, mas também demonstra que eles circulam entre os professores, o que é muito positivo, e permite que através desses trabalhos a gente consiga encontrar os pontos de diálogo

que existem entre as diferentes abordagens.

Agora, rapidamente sobre o Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito. É um grupo criado em 2017, dentro do InEAC-UFF, e que tem hoje 15 pesquisadores vinculados. Nós temos um subprojeto, também do InEAC, de "Justiça, Procedimentos e Conflitos" e contamos com o financiamento do InEAC para realizar nossas atividades, inclusive essa. No núcleo de pesquisa a gente já montou um *site* para funcionar como um repositório, uma memória, onde a gente guarda os documentos, os relatórios que a gente encaminha para o INCT, que nos são demandados anualmente, e os relatórios dos projetos. A gente fez uma conta no Instagram, algo que eu aprendi, inclusive assistindo os seminários organizados na UFF, com o Fred, o seminário da Lúcia também, especialmente do Fred, quando um pesquisador falou que dedicava uma parte importante do tempo de trabalho dele da divulgação do que ele fazia, da divulgação científica. Então, acredito que esse é um mecanismo também de comunicação do que a gente faz na universidade, e em termos de divulgação científica também, e inserção.

Tem a coluna do "Jota", que eu também organizo, o "Judiciário e Sociedade", junto com outros colegas. O Fórum Permanente de Antropologia e Sociologia do Direito da EMERJ, criado recentemente e presidido pela Izabel. A gente já realizou vários eventos desde 2017, os ateliês de edição de texto, que são tecnologias para a produção e desenvolvimento da qualidade dos artigos. O último projeto do JCNE, "Segurança Pública e Universidade", do qual os colegas participaram também. Um evento na UFJF em Governador Valadares, o ERPED regional no ano passado, o Encontro Regional de Pesquisa Empírica em Direito, e agora os operadores.

Essas são algumas dissertações que eu pude orientar, em coorientação também, e que também são exemplares do que fazemos no núcleo. Nós temos projetos financiados pela FAPERJ e pelo CNPq, que é muito importante, inclusive esse seminário é financiado por essas agências. E finalmente esses trabalhos permitiram montar uma candidatura para participar como professor convidado esse ano na Sciences Po Bordeaux, no Laboratório "As Áfricas no mundo" (Les Afriques dans le Monde).

Esse é um pequeno panorama da nossa linha e da contribuição que nós temos realizado através, também, do Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito. Eu olhando os currículos e fazendo um pouco dos balanços que já realizamos, o que eu poderia dizer é isso: primeiro uma forte sinergia com os alunos, o que demonstra também uma circulação desses alunos entre os professores; um fio condutor muito consistente. Inclusive, que os colegas no próprio programa reconhecem isso, a solidez dos trabalhos que realizamos. Isso só é possível também por causa do trabalho dos meus colegas que se mantêm ativos, bastante ativos, tanto do ponto de vista da política institucional da universidade, quanto do ponto de vista da inserção acadêmica, seja nos congressos, seja através do impacto que suas pesquisas produzem na sociedade.

Então, eu gostaria de passar a palavra para o Daniel, agradecendo a sua disponibilidade, já que ele disse que não vai poder ficar até o final. Agradeço ao Daniel, se você puder nos apresentar um pouco sobre o GENI, obrigado.

Daniel Hirata
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Maravilha! Obrigado, Pedro.

Queria agradecer muitíssimo a esse convite para participar desse evento. Dizer, de partida, que para mim é motivo de muito orgulho fazer parte dessa linha de Segurança Pública do PPGSD. Não é tudo o que a gente faz na universidade que tem orgulho, mas a linha de Segurança Pública, para mim, é motivo de muito orgulho. Porque digamos que essa linha, a gente consegue contemplar pelas competências e as linhas de pesquisa daqueles que fazem parte, um rol enorme de temas, enfim, abordagens nesta área de Segurança Pública. A gente vai do traficante ao juiz, do camelô ao Guarda Municipal, a gente tem uma área de abrangência e, aliada a essa abrangência, há uma diversidade de perspectivas que eu acho que é muito rica.

Eu estava pensando antes de entrar na sala, enfim, eu acho difícil a gente encontrar em outro programa de Sociologia ou de Direito, enfim, uma linha de Segurança Pública tão diversa, tão forte, tão integrada, como Pedro falou, que eu acho que isso é uma característica da linha também, enfim. Porque os alunos circulam entre nossos grupos de pesquisa, circulam nas nossas orientações, circulam nas nossas referências teóricas e metodológicas, de modo que eu acho que isso tudo dá uma organicidade a essa linha. Além, claro, eu não posso deixar de falar, do prazer de poder trabalhar com o Pedro, o Frederico, a Vivian, o Lenin e com outros colegas que já passaram pela linha e também porque há evidentemente uma relação de amizade que é fundamental também para essa organicidade da linha, para a qualidade do trabalho que nós desenvolvemos aqui no PPGSD.

Eu vou falar, assim, muito rapidamente do que a gente vem desenvolvendo como linhas de pesquisa no GENI, o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos. O GENI está no PPGSD, mas ele também está associado ao programa de Sociologia, o PPGS, e a Carolina Grillo, que é uma grande parceira, é coordenadora também desse núcleo. Nós temos professores também da UFRJ que compõem, da própria UFF, que vem da Antropologia, e alunos que transitam nesses programas. Digamos que a característica principal do GENI e fundadora do grupo, inclusive, é um trabalho mais específico sobre os ilegalismos que dão nome ao grupo e, particularmente, os ilegalismos associados a mercados informais e ilegais, essa é um pouco a minha área específica de atuação e por onde a maior parte das orientações e dos trabalhos de pesquisa vão ser direcionados.

Nos últimos anos, muito em função de pesquisa sobre justamente os mercados informais e ilegais, eu estou pensando aqui, particularmente, na pesquisa que foi financiada pela Fundação Heinrich Böll, a gente estava interessado na questão do roubo de cargas que havia tido um aumento bastante importante e concomitante à crise do Estado do Rio a partir de 2015, a gente viu a necessidade ali também por conta dessa pesquisa, havia uma hipótese de uma relação da crise socioeconômica com o aumento dos crimes patrimoniais em geral, do roubo de cargas em particular. Mas também havia uma hipótese correlata a essa de um direcionamento do uso da forçado Estado para a proteção patrimonial. E a gente percebeu que tínhamos dados muito bons para

quantificar a crise, para quantificar o roubo de cargas e os crimes patrimoniais em geral, mas que a gente não tinha, até aquele momento, algum mapeamento ou levantamento de dados sobre o direcionamento do uso da força do Estado. Então, a gente resolveu dar um passo para trás para poder avançar, e começamos a construir uma base sobre operações policiais na região metropolitana do Rio. A gente estava, naquele momento, há uns dois, três anos atrás, num contexto em que havia diversas organizações que estavam começando a produzir dados sobre as operações policiais, pensando que as operações são grandes instrumentos de ação pública. Enfim, nessa área de segurança onde se concentram os recursos financeiros, tecnológicos e humanos, onde a gente consegue entender para onde está sendo direcionado o uso da força, sobretudo, pelas polícias.

Então, naquele momento, tinham vários grupos fazendo isso, tinham "Redes da Maré", fazendo na circunscrição do Complexo da Maré, tinha o CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) da [Universidade] Cândido Mende, fazendo isso no contexto da intervenção militar. Nós começamos a produzir e produzimos dados que vinham de redes sociais e da mídia e, pensando uma articulação com toda essa rede que estava produzindo esses dados, a gente começou, então, a se vincular também a ações de incidência jurídica, que os dados pudessem apoiar. Estou falando isso porque me parece que essa questão dos dados... E eu sou um pesquisador muito mais formado para a pesquisa qualitativa e essa é um pouco a cara da linha também, mas eu acho que também é fundamental a gente produzir dados.

Me parece que há uma perspectiva antropológica na produção de dados que é importante e é um aporte. Porque nessa área de Segurança Pública, ainda que se produzam muitos dados e ainda que nós tenhamos, no Rio de Janeiro, o Instituto de Segurança Pública — que pela incidência de diversos pesquisadores que foram nossos professores produzam dados de excelente qualidade —, ainda assim há um recorte de dados ali que são basicamente feitos a partir dos registros de ocorrência. Portanto, são dados de criminalidade, sobre ocorrências criminais. E a área de segurança não se restringe ao crime. Temos muitas outras dimensões que são importantes de serem quantificadas. Eu destaco aqui um dos nossos parceiros que é o

Fogo Cruzado, que produz dados sobre tiroteios e que é uma coisa que realmente não dá para pensar a segurança pública sem pensar tiroteios no Rio de Janeiro, ou as operações policiais. Tem uma série de dados que eu tenho interesse.

E o GENI foi um pouco se conduzindo, uma parte dos seus trabalhos, para uma construção de dados que forneçam subsídios sólidos para o debate público. Nós estamos agora em um momento que muitas instituições de produção de dados confiáveis estão sendo atacadas, só pensar o caso do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para as questões das queimadas na Amazônia, é só pensar a questão do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que vem sendo adiado por razões múltiplas, e é só pensar as universidades públicas, em particular, as federais, que estão sob ataque e que também são fontes de produção de dados confiáveis. A gente acredita muito que as decisões das políticas públicas devem ser baseadas em dados quantitativos e qualitativos, que as decisões devem se balizar por pesquisas, por metodologias explícitas, com dados robustos. Porque se a gente compara a área de segurança pública com a área da saúde, com a economia, outras áreas que são importantes de atuação do Estado, a nossa área, na verdade, é muito pobre de dados, e ainda reina nessa área um impressionismo, ideais vagas governam a maneira como os gestores e os operadores do Sistema de Justiça Criminal tomam as suas decisões. Então, é um pouco essa a missão nossa de conseguir construir dados que possibilitem informar o debate público de forma qualificada.

Nesse sentindo, esse ano nós produzimos dois relatórios técnicos que serviram e apoiaram a coalizão que se formou ao redor da ADPF 635, a ADPF das favelas, liderado pelos movimentos de favelas e pelos movimentos de familiares de vítimas, procurou responder, digamos assim, ao incremento que tem sido importante da violência de Estado nos últimos anos, particularmente, já era alto e aumentou nos últimos anos. E para a gente foi motivo de muito orgulho fazer parte dessa coalizão com os relatórios técnicos. Nós estamos produzindo notas técnicas, outros relatórios, agora estamos no momento de aumento das operações também, o que diz respeito das decisões do STF (Supremo Tribunal Federal), e temos um pouco atuado nessa direção. Eu não

vou poder detalhar muito o andamento dessas pesquisas, mas o que eu queria ressaltar aqui é o comprometimento não só do GENI, mas desta linha com essa perspectiva de apoiar o debate público de forma qualificada. Então, é um pouco essa a missão nossa de conseguir construir dados que possibilitem informar o debate público de forma qualificada.

Era um pouco isso que eu tinha para falar aqui, sem ocupar demais o tempo. Agradeço muito, mais uma vez, ao convite do Pedro para poder falar dos nossos trabalhos e dizer, mais uma vez, que estar junto de vocês nessa linha é motivo de orgulho e de prazer nessa empreitada.

Obrigado gente!

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Obrigado pela sua apresentação, Daniel.

Agora vou passar a palavra para o Lenin e depois eu passo a palavra para a Vivian e para o Fred. Obrigado, Daniel. Obrigado Lenin.

Lenin Pires
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança(PPGJS)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Agradeço o convite, Pedro. Para mim também é um prazer grande estar com a Vivian, o Daniel, o Fred e com você.

Você estava falando agora, são cinco anos que a gente está participando do Programa de Sociologia e Direito, nessa linha de pesquisa. E é muito interessante porque a gente estabeleceu essa linha, um processo, na minha experiência, bastante conflituoso na Faculdade de Direito, quando naquela época, o Departamento de Segurança Pública fazia parte daquela faculdade, antes de se autonomizar e virar um Instituto, do qual nós somos parte da direção, eu e você Pedro. E

a linha de pesquisa foi uma arquitetura bem trabalhada como uma resposta a um processo que já vinha se dando, daquela unidade acadêmica, de preconceito com o debate que eles chamam de propedêutico, o preconceito com as Ciências Sociais, com a Antropologia, com a Sociologia e outras vertentes.

Em um âmbito daquilo que eles pensam ser as Ciências Jurídicas, e acho que a linha de pesquisa surgiu em um momento muito adequado, mas não se prendeu, necessariamente, a essa perspectiva de enfrentamento, como o Daniel chamou a atenção. Ela se desenvolveu num âmbito de solidariedade e de compromisso com o desenvolvimento de temáticas que interessam a Universidade, ao conhecimento de conjunto da sociedade. E também isso se deu na esteira do desenvolvimento da rede da qual uma parte de nós participamos, que é o Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, que é, antes de tudo, uma rede nacional e internacional com financiamento do CNPQ e da FAPERJ, que é aqui no Rio de Janeiro, embora ela esteja em todo o Brasil. E essa linha tem aportado trabalhos e pesquisas de uma forma muito contundente, e é uma contribuição. O Daniel Hirata é da Universidade Federal Fluminense, mas tem vinculações fortes com o NECVU, que é um coirmão, não é da rede INCT, mas é um coirmão, está desde os primórdios. Então, essa colaboração está na linha de pesquisa, está no Departamento de Segurança Pública, está no Instituto, enfim, essa linha expressa isso. E me parece que esses grupos de pesquisa que nós coordenamos, se desenvolvem, conjugam muito dessa vocação, desse compromisso.

Então, eu queria apresentar para quem está nos acompanhando, o Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública, que foi criado em 2012, ainda no âmbito da Faculdade de Direito, quando eu estava no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, um ambiente de extremo conflito e tivemos que nós retirar daquele ambiente e fomos para um melhor, que é esse ambiente que estamos aqui, e o laboratório, então, se desenvolveu nesse processo.

O LAESP é um núcleo relativamente grande. Como o Pedro chamou atenção, eu participo de três programas de pós-graduação, nesses três programas a gente vem realizando trabalhos, pesquisas e formando pesquisadores no nível de mestrado ou doutorado, além do nosso Institu-

to formar estudantes de graduação. Então, esse pessoal todo faz parte disso. E como eu chamei a atenção, nós fomos criados em 2012. Uma coisa que é importante aqui é o que é que estamos fazendo, nosso objetivo é muito por aqui, os nossos pesquisadores se vinculam ao núcleo preocupados com isso aqui, o que a gente chama de dinâmicas de circularidade.

Então, a gente vem trabalhando, buscando construir etnografias e análises sobre configurações e arquiteturas políticas, formais e informais. Nosso entender das dinâmicas constituem mercados, compartilho com o Daniel bastante essa discussão a respeito, e mercados para nós tem a ver não apenas com lugares específicos, mas, sobretudo com relações, inclusive, perpassam ambientes dos mais diversificados e, inclusive, países, estamos falando de processos de globalização. E em função disso, institui práticas voltadas, estamos bastante interessadíssimos, naquelas que estão voltadas para administrar conflitos que emergem no interior desses mercados. E a nossa perspectiva conjuga o exercício da política, senso de justiça variados, e é com isso que a gente vem trabalhando e buscando formar os nossos estudantes, os nossos pesquisadores, e já tem um número bastante significativo nesses oito anos.

A gente tem aqui hoje uma quantidade significativa de doutores, a maioria deles formados nesses programas de pós-graduação, com destaque para o PPGSD, mas o PPGA tem uma participação bastante efetiva. A Vivian integra o nosso núcleo, e nesse momento está fazendo uma temporada forçada na França, mas a gente tem a perspectiva de ela retornar para esse ambiente. A gente conta com a Paula Pimenta, que na verdade é vice-líder do NSD, mas como o Daniel chamou atenção, nós circulamos entre os grupos e conversamos entre nós e não tem essa coisa de exclusividade, todo mundo está aqui em um processo de colaboração, de construção. Enfim, está aí esse grupo que vem se formando com mestres, doutores, doutorandos e sempre com essa referência muito forte nessa rede que eu fiz alusão, INCT-InEAC.

A gente tem trabalhado com as etnografias, que são os nossos principais produtos. Sendo que, nos últimos tempos, a gente vem desenvolvendo algumas pesquisas mais focadas. No meu caso, eu sou Jovem Cientista do Nosso Estado [bolsista da FAPERJ] e bolsista de Produtividade do CNPQ,

com a pesquisa voltada para compreender como os policiais militares percebem os mercados informais, particularmente, no que se articula com essas formas de organização que a gente chama, genericamente, de milícia.

Há milícias e milícias, há vários tipos e maneiras de você empreender controle armado de territórios, empreender serviços de proteção, serviços de distribuição de bens, vinculações de natureza política, tem várias formas disso acontecer no Rio de Janeiro. Eu conversei sobre isso recentemente com o Daniel e também com o Fábio. A gente tem trabalhado um pouco na tentativa de criar algumas tipologias que ajudem a compreender esse fenômeno de forma mais esmiuçada, já que a categoria "milícia" é informada por uma perspectiva jornalística, voltada para interesses comerciais. Portanto, e do ponto de vista sociológico e antropológico isso ajuda pouco, porque homogeniza a percepção, mas interessa nesse sentido como os policiais percebem essas questões porque elas estão bastante... A minha experiência com policiais, etnografias feitas com policiais, coorientação de policiais, da Polícia Militar, Polícia Civil, esse é um assunto que perpassa fortemente o aspecto de moralidade. Então aí, o que é legal; o que é ilegal; o que é moral; o que é justo; o que é legítimo; vai orientando feixes de interpretação e localizando esses fenômenos de uma maneira muito móvel. Uma "milícia", entre aspas, que hoje está instituída, ela pode ser vista como algo que é necessário, no momento como tolerável, e depois ela pode ser absolutamente intolerável, isso com reflexos no âmbito da política.

Mas, nos últimos tempos, a gente trabalhando nessa perspectiva e esses pesquisadores com vários assuntos, que a gente um pouco reorientou o nosso trabalho para pensar a COVID como uma problemática obrigatória. Porque, inevitavelmente, todas as nossas frentes estarão impactadas por esse fenômeno natural, e que já deixou de ser natural. Nós estávamos, agora pouco aqui antes de começar os trabalhos, falando de como é que está a cidade do Rio de Janeiro, haviam falado de como está a França. Eu agora pouco estava num grupo com a Brígida e com a Karina Biondi e estava ouvindo o que as pessoas estavam falando de como é que está no Uruguai, como é que está na Bolívia, e como é que está lá no Sul do país. Quer dizer, tem a pandemia em todo

lugar, mas ela não é a mesma coisa, dependendo de quais são as orientações políticas, quais são as políticas públicas e quais são os interesses.

Então, a gente vem buscando trabalhar e o grupo se subdividiu em grupos de trabalho. Então, a gente instituiu um grupo voltado para pensar o "Crime e Policiamentos", e a Elizabete Albernaz, Eduardo Rodrigues, Gabriel, Leonardo Santos, que é o mestrando e cabo da Polícia Militar, que estão à frente disso. Tem uma perspectiva muito forte de conseguir atenção para as questões sobre o "Direito e a Sociedade", para pensar esses processos de gestão de conflitos. E aí criamos um grupo de trabalho onde o Igor, a Amanda, o Erik, o Luiz, o Eduardo Abreu, enfim, estão à frente disso, pensando sempre compreender a relação de Estado, Sociedade e Direito no âmbito do reconhecimento de cidadania na COVID.

E o grupo que leva meu coração que é o "Economia e Trabalho", que temos eu, o Rómulo, Karina, Fábio, Ludmilla, Tiago e temos trabalhado muito fortemente com os camelôs nesse sentido, e com trabalhadores de aplicativos, pessoal que está trabalhando em *Uber, Rappi*, e a gente percebe, inclusive Daniel, muito interessante essa conversa porque a gente percebe regimes de informalidade distintas e direitos, e assim, o camelô acaba tendo mais direitos do que os caras. É muito doido! Enfim...

E o grupo de trabalho que está se ocupando do sistema prisional onde a Marilha Garau, Ana Carolina Leite, Betânia Almeida, que é do NSD também, que vem colaborando conosco conversando, Caroline Bispo, enfim, a gente tem se organizando dessa maneira. Nosso objetivo, então, é procurar compreender os impactos da pandemia, não só sobre segurança pública, mas sobre essa dinâmica de circularidade a que eu fiz alusão.

Acho que eu já dei conta minimamente de apresentar o que a gente está fazendo. Não tem sido fácil, não tem sido nada fácil. Temos procurado empreender nesse processo algumas análises, digamos assim. Então, fizemos agora, recentemente, um relatório preliminar que está disponível sobre a concessão de *habeas corpus* durante a pandemia. Foi um trabalho coordenado pela Marilha Gabriela Garau com toda a equipe, onde foram analisados cerca de 400 pedidos de

habeas corpus e suas concessões. A gente tem analisado o desenvolvimento da conjuntura política, e a Paula Pimenta, do NSD, vem sendo responsável pela editoria do que a gente vem chamando de um pré-projeto de revista, e o tempo todo temos buscado analisar essas situações nesse marco. Temos aí esse projeto de dar publicidade.

Para o ano que vem queremos organizar algumas atividades, inclusive, finalizando, a articulação com a Rede Internacional de Estudos sobre o Legal e Ilegal, do qual participamos aqui eu e o Daniel, a gente integra essa rede que está no Brasil, no México, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, na Bolívia, e nos Estados Unidos. E a ideia é que a gente, em colaboração enquanto o GENI e o LAESP, organize isso possivelmente em 2022, mas já temos aí um aperitivo para o ano que vem. É uma ideia que a gente está aí gestando.

Desculpe se eu me alonguei, Pedro. E agradeço aos colegas por me ouvirem, assim como os participantes aqui do nosso encontro. Obrigado!

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Valeu, Lenin! Obrigado pela apresentação.

Vou passar a bola direto para a Vivian. Agradecendo, mais uma vez, a gentileza. E espero que esteja tudo bem contigo, Vivian.

Está ventando agora? Está frio? Como está aí Vivian? Obrigado.

Vivian Paes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Agora está frio, dá para ver pela vestimenta. Mas, eu que agradeço, na verdade, pelo convite, Pedro, e eu queria parabenizar pela organização deste evento. Também é uma alegria poder

encontrar os colegas de novo, faz tempo que a gente não conversa. Apesar de eu estar acompanhando vocês mesmo de longe. Muito feliz com as notícias que eu tenho acompanhado do que vocês têm feito aí.

Mas o que eu tinha pensado para poder falar sobre a nossa integração no PPGSD, é chamar a atenção para o caráter da linha. Diferente de pensar nesses aspectos sobre as "Políticas de Segurança Pública e Justiça Criminal" no ponto de vista conceitual, esse não é o nosso objetivo, fazer filosofia. Todas as nossas pesquisas, na verdade, estão interessadas em fazer pesquisas empíricas, e, na medida do possível, comparadas também por contrastes para que a gente possa reconhecer um pouco melhor a especificidade de cada contexto.

E uma outra coisa também que é muito importante, é que existe uma sintonia mesmo. Apesar de a gente ter projetos de pesquisa diversificados, de alguma maneira ou de outra, essas pesquisas, elas se tocam em algum momento. Isso se representa também pela circularidade dos alunos entre os diferentes professores, a gente participou de várias bancas, a gente ministrou disciplinas em conjunto. Mas, uma outra coisa que eu também queria chamar atenção, é na aposta de todos os professores da linha também na institucionalização de projetos, não só projetos de pesquisa pessoal, mas de criação de instituição, e em valorização de pesquisa também para além do círculo dentro da própria UFF.

Então, a partir do momento em que a gente entrou na linha em 2015, apostamos em editais que valorizassem também o programa, por exemplo, o uso da biblioteca que trouxe livros para dentro do programa, os alunos que receberam bolsas desenvolviam suas pesquisas, seus projetos de pesquisa, mas eles também estavam vinculados a projetos acadêmicos de ensino e foram acompanhados por nós nessas atividades didáticas aprendendo também, sendo acompanhados nessa inserção na carreira acadêmica. E além disso, a gente apostou em outros canais para fortalecer também o programa. Você, Pedro, foi editor da Revista Confluências durante um certo tempo, que é uma revista do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Direito. Eu fui também editora dessa revista, junto com o professor Vladimir, entre os anos 2016 e 2017, que é uma revista do programa.

E o desafio na edição dessa revista era fazer com que essa revista se tornasse relevante, não só no âmbito dos professores do programa, que foram incluídos como pareceristas, mas também para que ela pudesse ser lida e para que os outros colegas de outras universidades pudessem também enviar artigos para essa revista.

Então, isso é um processo de construção institucional, que é importante e que demanda muito dos nossos esforços, além do âmbito da pesquisa que a gente desenvolve. Durante o período em que eu estava vinculada também ao PPGSD, eu também era chefe do Departamento de Segurança Pública e coordenadora da Segurança Pública, e eu estava muito mais vinculada a esse processo de institucionalização acadêmica. Mas, ao mesmo tempo, eu desenvolvi outros projetos coletivos com os colegas, e isso também não fez com que a atividade didática deixasse de ser realizada.

Então, o importante, e eu queria chamar a atenção, é que eu contribuí com as disciplinas teóricas, e durante o período eu ensinei Teoria Sociológica junto com outro professor também do programa, o Marcelo Mello. Nós coordenamos juntos, através do Daniel e Lenin, mas todos tivemos a oportunidade de contribuir em uma disciplina de metodologia que fosse ofertada não só para os estudantes da linha, mas para os estudantes de todo o curso de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, além das disciplinas de Tópicos Especiais, que cada um de nós acaba trazendo para o seu próprio tema de pesquisa. Na época, eu estava trabalhando em uma pesquisa para a construção de um mapa de percepção de risco, era uma pesquisa coletiva coordenada por Roberto Kant de Lima, e Ana Miranda, e eu ofertei uma disciplina para pensar também sobre essa questão dos riscos e vulnerabilidades em políticas públicas, como elas são construídas. Então, a nossa contribuição vai desde temáticas sociológicas, da Teoria Sociológica e Antropológica, à discussão sobre métodos dentro do programa e discussão de temas específicos.

A gente também participou de vários seminários do Programa de Pós-Graduação em 2015, assim que eu entrei no programa, eu organizei um grupo de trabalho dentro do fórum promovido pelo Programa de Pós-Graduação, e a gente recebeu 20 trabalhos logo nesse primeiro ano em que a linha tinha sido criada, o que expressou uma demanda importante de alunos do programa para

discutir do ponto de vista empírico o Direito, uma coisa que eles não necessariamente estavam encontrando a partir de outros diálogos.

Do ponto de vista da produção e valor, eu insisti bastante também na valorização da pesquisa. Então, desde o ano de 2015 até 2017, eu tive um grupo na ANPOCS, um Simpósio de Pesquisa graduada na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Brasil, para discutir a Sociologia das Práticas Policiais e Judiciais. Então, eu coordenei um grupo junto com a professora Ludmila Ribeiro, da UFMG, na ANPOCS durante uns três anos, e isso foi bastante rico também para os estudantes do programa que puderam dialogar com essas pesquisas depois.

Na continuação da valorização das pesquisas, eu coordenei junto com o professor João Veloso, da Universidade de Ottawa, três *workshops* na Associação Internacional de Sociologia em 2018. Esses *workshops* ocorreram em Toronto, no Canadá. Então, é uma produção internacional que também foi importante para o programa, eu ainda estava dentro do programa e nossa atuação internacional conta pontos para o programa e é importante ser destacado. E fui professora visitante durante um período na França, em Lille, em 2017, então ganhei um edital e pude participar disso.

Então, além dos nossos esforços em dialogar, um esforço construtivo em construir o programa em diálogo com os alunos e em diálogo com os professores, a gente também estava querendo "levantar a bola" e apostar em outros diálogos que fossem importantes para alimentar a nossa pesquisa e para alimentar também a nossa energia enquanto pesquisador e professor.

Do ponto de vista das pesquisas que foram desenvolvidas na época, a minha preocupação maior era com a forma como são elaborados as práticas e os procedimentos policiais e judiciais. Então, como que é o processo de construção de saber dentro das delegacias? Um saber que não é só normativo, mas que tem todo um interesse organizacional também, reformas que acontecem nas instituições, interesses corporativos. Então, é chamar a atenção para qual é o impacto de todas essas questões para construção de saber sobre o que é o crime e poder, inclusive, punir alguém, que é uma questão de poder e há uma disputa em torno disso.

Eu fiz uma pesquisa, também, que chamava atenção para um processo de militarização das

Guardas Municipais. Havia um processo de formação que estava em curso e as pessoas que colaboraram com esse processo de formação, estavam percebendo um impacto de uma militarização crescente nas guardas municipais, uma resistência grande com relação aos conteúdos que buscassem uma solução de conflitos de uma maneira mais democrática.

Por outro lado, também teve outras pesquisas realizadas pelos alunos que eu orientei dentro do programa, que buscavam entender a relação entre juventude e violência no âmbito das favelas no Rio de Janeiro. Então, teve uma das pesquisas que falou sobre o impacto da violência sobre os jovens em favelas onde havia operações constantes dos policiais. Por outro lado, uma outra pesquisa que chamava a atenção, sobre o caso de uma favela onde havia uma milícia, depois uma UPP, como que ocorria o processo de implementação de mediações dentro dessa favela, e mediações conduzidas por policiais. Então, chamava a atenção para aspectos que dificultam com que determinadas políticas sejam implementadas.

Então, essa é a minha contribuição para poder falar com vocês aqui hoje. Hoje eu não estou atuando na linha, mas eu estou acompanhando todos os colegas e eu continuo o diálogo com vocês também. No ano passado eu organizei um seminário na Associação Internacional sobre Sociologia Jurídica, e contou com a participação dos colegas. Tem um dossiê que vai sair em breve como resultado das discussões que foram realizadas. Em breve, a gente espera 2021. Por outro lado, também atualmente eu fui integrada como pesquisadora associada no Centro de Estudos sobre Sociologia do Direito em Instituições Penais, aqui na França. E eu espero com isso também retomar o diálogo com a pesquisa, com os colegas e fazer com que isso frutifique também a partir de um novo espaço de debate.

Bom, no mais é isso! Eu acho que essa linha foi muito importante, tanto em termos do número de orientações de pesquisas que foram realizadas pelos alunos, em termos de oportunidades que foram criadas também para esses alunos estarem em diálogo com a graduação, para estarem em diálogo com a docência para que tivessem bolsas para realização das suas pesquisas. Mas também acho que foi uma oportunidade grande para que a gente tivesse um diálogo e acho que é

por isso que ela funcionou. Vou ficar por aqui.

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Tá bom Vivian, muito obrigado pela sua apresentação. É um prazer ouvi-la!

E agora, vou passar para o Fred apresentar os trabalhos.

Frederico Policarpo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD)
Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Bom dia Pedro, Lenin, Vivian, também o Daniel que teve que sair. Bom dia a todos aqui na sala.

E como já falaram, é um grande prazer estar aqui com vocês, o tempo está horrível, mas é muito bom. E é muito bom também ouvir a fala de todos vocês. Esse tipo de balanço dos nossos próprios trabalhos e da linha, não acho que seja uma coisa muito comum a se fazer, por mais que a gente seja amigo e acompanhe as pesquisas dos outros, seja em parceria ou pelos alunos, em bancas e tal. Mas, ouvir as pessoas falando dessa forma, acho que também é algo muito interessante, Pedro. Por isso, é boa ideia a sua de proporcionar essa chance, essa mesa aqui com a gente.

E também Pedro, gostaria de te agradecer porque foi você junto com os outros colegas do PPGSD no colegiado, que encabeçou essa formação da linha, essa proposta e formação da linha, e te agradeço por tudo isso que, para além de tudo isso que a Vivian, o Lenin e o Daniel já falaram, também foi o meu ingresso na pós-graduação, e isso é algo também muito importante para o pesquisador, porque quando você entra na pós-graduação o que você tem é uma série de perspectivas, abre caminho para você participar de projetos, de pesquisas, enfim.

Mas aí também, como a Vivian já chamou atenção, isso é um esforço individual para a carreira individual, só que também é institucional porque é uma relação, é um diálogo intrínseco. Quan-

FAPERJ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
INCT InEAC Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional e Sociedade
CAPES

to mais forte o pesquisador, mais forte o programa. Então, eu vejo como a Vivian também falou, tudo isso foi meu ingresso como eu estava falando, mas também esse esforço institucional que a própria criação da linha representa isso, de fortalecer o programa, que eu fortalecendo o programa, nós nos fortalecemos, e nós nos fortalecendo, fortalecemos o programa. Eu já sabia um pouco isso através do InEAC, que o Lenin já falou, eu já coordenava um subprojeto lá e eu só entrei no Sociologia e Direito por causa do meu vínculo já com o InEAC e, certamente também, eu só fui para o Programa de Justiça e Segurança, inaugurado em 2018 e que eu coordeno junto com a Lucia, por causa do meu vínculo já aqui em Sociologia e Direito. Então, essa relação entre o esforço individual e institucional, é muito importante.

E outro aspecto que eu acho também muito importante de falar, que também já foi dito, apesar de todas as disputas internas ao programa, nós conseguimos criar um ambiente de parceria e um ambiente muito propício à pesquisa. É fundamental isso! E também acho que essas disputas que nós participamos, somos participantes ativos das disputas internas ao programa, tem a ver com as mudanças que estão acontecendo no sistema de avaliação da própria CAPES, que está mudando a avaliação dos programas. Isso gera tensões no próprio programa, e não é só no Sociologia e Direito, mas na maioria dos Programas de Pós-Graduação isso tem ocorrido. Mas também são conflitos e disputas entre perspectivas sobre o que é institucional, sobre o que é a pesquisa, que a nossa linha representa, tudo aquilo que nós estamos falando aqui e que foi apresentado, e outras visões que são legítimas também, agora essas adaptações que o programa vai ter que fazer para seguir sendo um programa. Então, essas disputas todas ocorrem, mas como eu estava falando, o ambiente que nós temos na linha é fundamental e no próprio PPGSD. Essas disputas todas me parecem até normais e, até certo ponto, saudáveis.

Só que também o Sociologia e Direito, o programa, nós temos autonomia e liberdade para fazer. O problema é que às vezes se torna um pouco anarquia, mas de qualquer jeito, a gente não tem nenhum tipo de restrição, não tem nenhum tipo de censura, nada disso. Eu acho que na nossa linha, inclusive também no colegiado e tal, isso aí é algo que eu vejo como muito positivo do próprio

programa e, claro, da nossa linha também.

Então, eu vou falar só de dois pontos. O primeiro é um pouco do que o Pedro fez, uma prestação de contas desse esforço institucional desses cinco anos, a minha atuação individual para esse esforço institucional. E o outro ponto que, como eu estava falando também, essa liberdade e autonomia que o programa me possibilitou de estabelecer a minha agenda de pesquisa, na minha agenda individual de pesquisador, que tem a ver com discussões em torno das drogas, articulando questões das Ciências Sociais e do Direito. Isso não é uma coisa banal, não é uma coisa simples de ser feita. Depois eu vou falar um pouquinho sobre isso.

Bem, então, sobre o primeiro ponto. A minha participação individual nisso são de orientações concluídas: são cinco de mestrado, duas de doutorado, uma como principal e uma como coorientador. Em andamento tem uma de mestrado e quatro de doutorado. E como você [Pedro] e o Lenin falaram, a bolsa de pesquisa foi do Jovem Cientista do Nosso Estado e também dois editais, tem outros, mas esses dois editais são os mais importantes no meu ponto de vista, que é o Edital Universal e o PDPA, esse é um recente que foi um edital da Prefeitura de Niterói junto com a Universidade, está prestes a sair e que eu coordeno em parceria com a professora Lucía Eilbaum. Então, essas bolsas de pesquisas, também como a Vivian falou, possibilita agrupar os alunos e levar adiante as minhas preocupações de pesquisa.

Bem, sobre produções, são seis artigos, quatro livros, dois como autor e dois como coautoria, que são duas coletâneas, são sete capítulos de livros. E dois orientandos meus já publicaram também as dissertações defendidas no programa. Me parece também algo interessante, pode ser um indicador interessante para a gente pensar a formação de recursos humanos, que isso, inclusive, é algo que está sendo muito... A avaliação da Capes está indo muito para essa direção. A formação do aluno é o principal, os egressos e tal. Então, isso parece ser um outro ponto importante a se destacar. Bem, então, esse é um balanço geral, assim é a minha prestação de contas institucional.

E agora vou falar um pouco mais sobre esse segundo ponto, que é essa minha agenda de pesquisa. Toda essa produção que eu citei agora, inclusive as orientações, de uma forma ou de

outra tem a ver com os meus interesses de pesquisa. E aí eu criei o Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura, o Psicocult, que reune todos esses meus orientandos. E aí, como o Daniel e o Lenin falaram, destacaram mais, eu penso muito essa minha agenda de pesquisa e esse grupo de pesquisa, um ponto que eu fico pensando é fazer pesquisas e fazer um esforço para contribuir para o debate. E também, pensando no que o Lenin falou, essa transferência de conhecimento.

Como fazer isso? Como a gente vai nas nossas pesquisas incidir de alguma forma em políticas públicas, por exemplo? Bem, o meu tema de pesquisa, meu interesse principal de pesquisa que eu falei que são sobre o uso de drogas, mas principalmente eu tenho elaborado melhor isso, são as demandas por Direito e Justiça mobilizado pelas pessoas envolvidas com as drogas. E aqui o ponto de partida fundamental é a própria proibição, é a própria lei nesse contexto da ilegalidade que de cara põe na ilegalidade uma série de... Por isso que eu coloco "psicoativo" no grupo, porque a classificação de drogas já é um indicativo desse regime da proibição. Então, as pesquisas giram em torno disso.

Em andamento, tem a pesquisa sobre os usos terapêuticos da maconha que exemplifica bem a minha preocupação, por exemplo, que esse tema também, um pouco mais de cinco anos pra cá, muda a forma como a gente pensa, por exemplo, para maconha. Ela faz uma série de deslocamentos, principalmente na sociedade civil, vários movimentos ativistas, pacientes, pesquisadores que, como eu falo, eles pararam de fugir da polícia, agora eles batem na porta do tribunal, batem na porta do juiz, e eles falam que estão usando maconha, tem uma demanda. Isso por causa de um reconhecimento, de uma legitimidade das demandas deles na esfera pública, e no espaço público, que os juízes estão conferindo esse direito a eles.

Então, tem mais de 110 pedidos de *habeas corpus* para o cultivo doméstico que foram dados em todo o país, é mais ou menos esse número que tem no Brasil hoje em dia. Tem também um orientando meu de doutorado que está estudando a cocaína, ele tem uma perspectiva mais histórica para ver como a questão da cocaína aparece, a participação, inclusive, do Brasil nesses regulamentos sobre a cocaína. E agora a gente vai começar, como eu falei, essa pesquisa do PDPA

com uma pesquisa sobre os adolescentes cumprindo medida socioeducativa em Niterói, e a maioria deles, as infrações estão ligadas à droga. Então, são, basicamente, etnografias que englobam pesquisa de campo junto aos movimentos sociais que demandam modos de terapia da maconha, e outras drogas, fazendo pesquisa de campo na prisão, e campo dos tribunais também.

E como eu tinha dito inicialmente, isso não é uma coisa banal, porque como o Daniel também mencionou aqui, o tema da segurança pública é muito impressionista, trabalha muito com evidência, muda o governo, muda tudo. E para o caso das drogas, eu diria que isso também ocorre dentro da academia. O tema apesar de ser muito presente — inclusive em vários aspectos, na segurança pública, o combate às drogas, a guerra às drogas, o traficante no Rio de Janeiro, em especial no Rio de Janeiro —, isso não é tão presente nos seminários e congressos, por exemplo, da ABA e da ANPOCS. Isso tem mudado, salvo raras e fundamentais exceções, os pioneiros dessas discussões, desses eventos, mas isso não era tão frequente. Porque no meu ponto de vista, falta inclusive uma legitimidade acadêmica para tratar do assunto e, por isso, eu falo sempre isso porque tanto o InEAC, quando eu me formei no PPGA, já há essa linha, que eu fui orientando do professor Roberto Kant de Lima, me deu total autonomia e total liberdade para começar a direcionar meus esforços de pesquisa para esse tema. E depois o InEAC também, que eu desenvolvo com total liberdade, e o Sociologia e Direito também me permitiu sem nenhum tipo de preocupação, e lá no Justiça e Segurança também. Estou falando porque não é uma coisa muito simples não.

Então, dos últimos cinco anos para cá, eu tenho feito grupos de trabalho na ABA, participado da ANPOCS também, e outros congressos fazendo especialmente um GT sobre drogas. E também pensando nessa ideia de que nossos trabalhos têm que ter uma incidência, buscando uma incidência no debate público e na transferência de conhecimento. Eu tenho realizado um seminário, que é o Seminário de Pesquisa Sobre Usos Terapêuticos da Maconha, que foram três edições, seria a quarta esse ano, mas foi suspensa por causa da pandemia, que é uma forma de a gente pensar como fazer essa transmissão, essa transferência de conhecimento para os nossos interlocutores.

Então, a gente chama as pessoas para dentro da universidade e nós não falamos, nós não

apresentamos trabalhos, nós mediamos as mesas. A gente, inclusive, tem tentado refletir sobre isso no artigo, a Luana e o Yuri acabaram de apresentar um artigo sobre isso, mas a gente está pensando em usar a Universidade, usar a legitimidade da Universidade, para dar visibilidade a essas questões, que as próprias pessoas estão demandando esse direito. Então, a Universidade não só como produtora de conhecimento, mas também como um palco, digamos assim, para que essas reivindicações, essas demandas sejam explicitadas. E evidentemente, produza um tipo de conhecimento de fato interdisciplinar, multidisciplinar, e com participação direta das pessoas que estão apresentando essas demandas, o poder público enfim.

Então, isso é algo que a gente tem feito, e também esses seminários todos eu fiz sempre com a coordenação do programa de Sociologia e Direito, sempre com o apoio do InEAC, através do coordenador Roberto Kant de Lima, do Lenin também, aqui da unidade acadêmica e, inclusive, da Universidade obviamente, com a participação do reitor na mesa de abertura.

Bem, Pedro, então era isso que eu tinha pensado aqui para falar, da apresentação de panorama rápido, do que eu tenho feito. De novo, agradecer a você, e aos colegas, mas você em especial não só por ter feito a mesa, mas também por ter encabeçado e liderado a construção da linha de pesquisa no programa.

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Valeu Fred, bom obrigado! Eu acho que nós batemos aqui muitos pontos, inclusive questões que eu nem me recordava, os cursos que fizemos juntos, as inúmeras bancas que nós fizemos juntos também. A editoria da revista, eu também deixei de citar isso que a Vivian lembrou.

Bom, agora o que eu gostaria era de ouvi-los e ter esse panorama sobre a nossa contribuição. Eu espero que isso se torne um material também no relatório posterior desse evento. Eu vou transcrever essas apresentações todas para isso, e editar evidentemente. Bom, eu perguntaria ao pessoal que está aí nos ouvindo, se alguém tem alguma pergunta, se alguém gostaria de fazer uma

pergunta. Gostaria de agradecer a audiência.

Lenin Pires (PPGSD/PPGA/PPGJS-UFF)

Esse aspecto que o Fred está sublinhando, ele é muito importante. E acho que vale a pena a gente rememorar também que, nessa linha de pesquisa, os estudantes que dela participaram, e que buscam dela participar, eles são muito especiais. E aí não é rasgação de seda não.

É porque nós estamos em um programa, que é um programa que se apresenta como de Sociologia e Direito que tem a sua sede no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, o ICHF. Ele é um programa do ICHF, foi criado no ICHF, mas que foi apropriado pela Faculdade de Direito, e apropriado do ponto de vista epistemológico. A representação que se tem é que ele é um programa do Direito, com os bônus e os ônus disso.

O bônus é que esse diploma, que o Programa da Pós-Graduação tem, ele é um diploma respeitado, é um diploma competitivo desse campo e desse mercado de acesso a empregos nessa área, que não é pouca coisa. Ainda mais no Brasil como o nosso, haja vista os trabalhos que o Pedro Heitor vem desenvolvendo com o Fontainha, com o Carlos e outros colegas, chamando atenção para as especificidades desses mercados em um país onde concurso público é o que as pessoas querem fazer.

Por outro lado, temos os ônus também, e os ônus dizem respeito à formação e aos cacoetes positivistas ou dogmáticos. Os estudantes que buscam estudar conosco, eles fogem disso. Eles, na verdade, não estão buscando meramente um diploma, estão buscando uma formação para neste campo, com esses vícios, com essas características, eles incidirem uma perspectiva democrática cidadã e transformadora. Tem sido essa minha experiência. Nas minhas orientações, tive vários orientandos, inclusive em parceria com a Vivian e com o Pedro, e eles estão nas polícias, no Judiciário, na sociedade, nas ONG's e enfatizando o ponto de vista crítico. Eu poderia assim, tem vários, não vou nominar porque senão vou cometer injustiça, mas são vários e acho que é um elemento

muito importante também. Desculpa, Pedro!

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Lenin, eu adicionaria o que você chamou atenção três aspectos que são comuns também nas nossas atividades. Bom primeiro, isso que o Fred já tinha falado, e a valorização do trabalho dos alunos. Os ateliês de edição de texto que eu coordenei junto com a Paula durante dois anos, eles tiveram essa finalidade de aprimorar as habilidades de escrita, argumentação e apresentação das pesquisas, e tiveram como consequência a bolsa de pesquisador do CNPq. Eu credito a essas iniciativas, que permitiram junto com um conjunto com outros colegas e, principalmente, com os alunos, que são profissionais da área do Direito preponderantemente, acredito que hoje todos os alunos que oriento no PPGSD são bacharéis em Direito. Então, a primeira questão é essa, a gente faz tudo com os alunos.

A segunda questão, inclusive, é a organização desses eventos todos e dessas atividades. O segundo, Lenin, que eu chamaria atenção e que eu tenho visto, inclusive esse seminário me deixou mais claro isso, o que nós fazemos é socializar os alunos com uma formação científica, que é diferente de uma formação humanística, que é a formação valorizada no Direito e de tradição filosófica. E, quer dizer, a Filosofia, ela não tem comprometimento, quer dizer, os mesmos limites que as ciências tem. E por isso, elas são mais suscetíveis, vamos dizer assim, as abstrações e o pensamento abstrato, que acaba encaixando nessa maneira de pensar o Direito brasileiro que tem os seus principais, inclusive, pesquisadores da área do Direito, todos eles têm uma influência filosófica muito forte.

E nesse grupo, acredito que tem uma diferença, e que essa socialização dos alunos é para uma formação de natureza científica, e que a gente consegue socializá-los não com aspectos, eles não vão passar a pensar o Direito a partir da Filosofia, mas a partir das Ciências Sociais e, sobretudo, identificando que, para a construção dos argumentos, é preciso fazer um esforço de

demonstração. Que tudo que nós podemos fazer é nos esforçar ao máximo para demonstrar o que nós estamos argumentando.

E o terceiro aspecto que me parece o mais importante talvez desses três, em termos de impactos, é a qualificação do trabalho. Os alunos, nas suas dissertações principalmente, onde é a primeira experiência, e quem me ajudou a identificar isso foi a Maristela Tavares que é do TCE, ela é analista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Que quando me procurou para orientá-la, eu disse a ela que ela deveria ler os trabalhos, e ela voltou e me chamou a atenção para isso: "Olha, esses trabalhos todos indicam na parte da metodologia, os autores descrevem uma mudança de ponto de vista em relação aos problemas do Direito". E isso produz uma qualificação no trabalho porque eles passam a ter mais consciência do que estão realizando no trabalho. Foram vários alunos que me ajudaram a compreender essa dimensão.

Então, eu somaria a isso, quer dizer, principalmente em uma área interdisciplinar, em que a gente já tem uma valorização nos trabalhos coletivos, quer dizer, trabalhos são realizados com os alunos. Eu identifico hoje que esse tipo de trabalho interdisciplinar que a gente realiza, se concretiza principalmente através do trabalho e da experiência desses alunos, na formação deles dentro do PPGSD, principalmente dentro da linha, que é o que a gente pode afiançar academicamente em termos de formação. Mas, eu somaria esses três aspectos: o envolvimento deles, a formação científica, e a qualificação para o trabalho profissional.

Enfim, alguém tem alguma pergunta? Deixa-me ver aqui, a Maria Carolina Loss está agradecendo, chamando atenção o quanto ela aprendeu, foi orientada pelo Lenin. Bom, enfim se vocês tiverem alguma pergunta, senão não vou me encaminhar para o fim. Se não houver mais nenhuma questão, vou passar a palavra para vocês para agradecer, para fazer um fechamento.

Obrigado Vivian, Fred e Lenin pela gentileza. É sempre um prazer encontrá-los, e eu espero que esse registro sirva também de uma memória para a gente, dos nossos encontros e dos nossos trabalhos.

Vivian Paes (PPGSD-UFF)

Quando vocês chamaram a atenção de que seriam cinco anos, a primeira sensação que se dá é que foi ontem. Mas ao mesmo tempo, já fazem cinco anos. Que densidade de trocas que a gente teve com os nossos alunos! Foi um período muito rico, e vida longa ao PPGSD, a linha de Segurança Pública dentro do PPGSD.

E queria fazer minhas as palavras do Fred também, agradecendo ao Pedro Heitor que, na época, foi combativo para criação dessa linha, e também para a inserção de todos os colegas dentro do programa. Acho que nós respondemos isso, tanto em termos de produção nossa, como produção dos alunos, como vocês chamaram a atenção. É isso.

Lenin Pires (PPGSD/PPGA/PPGJS-UFF)

Eu queria agradecer mais uma vez o convite, falar do imenso prazer de reencontrar aqui a Vivian, de rever o Fred, o Daniel, você [Pedro]. Estar aqui sendo acompanhado por várias pessoas que, na lista de presença, que foram os nossos estudantes e que trabalham conosco nos nossos núcleos de pesquisa.

Essa linha de pesquisa é parte de um projeto colaborativo, de colaboração acadêmica, que tem inclusive outros âmbitos. O mais evidente deles é o Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, tanto a rede, quanto a unidade acadêmica à qual eu estou, você, Fred e Vivian. E tem os outros programas, o Daniel tem uma atuação também muito importante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. E nós temos, eu e o Fred, no Justiça e Segurança, e falo de público que a gente tem a ambição de tê-lo no nosso Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança. E a gente entende que essa linha de pesquisa em Segurança Pública, ela foi muito importante para esses movimentos que levaram a essa pluralidade de possibilidades, de propostas para os

estudantes, para a sociedade.

Então, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, é um programa que nos permite fazer muitas coisas, e a gente faz muitas coisas, a gente trabalha bastante para o programa, para a Universidade, para a unidade acadêmica e, fundamentalmente, para os estudantes. Nossa preocupação está sempre voltada para esse público, particularmente na graduação. Esses núcleos de pesquisa são fundamentalmente para acolher esses estudantes da graduação, particularmente nesse momento.

E desde já, eu faço o convite para que conheçam nossos núcleos de pesquisa, o NSD, o LAESP, o Psicocult, o GENI, e outros mais, tem outros grupos de pesquisas como o NEPSSE, o NECSO que são grupos de pesquisas do IAC, no PPGA, no ICHF, no InEAC, a rede tem o NUFEP. Todos voltados para essa grande arquitetura e desenvolvimento de pesquisas, nos termos que o Pedro chamou a atenção.

É realmente um prazer muito grande fazer parte disso. Tem cinco anos que a gente vai fazer de linha, quando a gente começou eu tinha 52, já estava coroa. A Vivian era a mais novinha, e eu apesar de estar mais velho, eu me sinto cada vez mais novo em função desse monte de possibilidades que a gente tem criado, que sempre rejuvenesce a gente pelos contatos que promove.

Obrigado!

Frederico Policarpo (PPGSD/PPGJS-UFF)

Agradecer ao Pedro, por essa oportunidade de estar aqui com a Vivian, Lenin e Daniel.

E ouvir também, como já falei, é muito interessante. Você fez essa mesa para a gente falar da linha, dentro do seminário organizado por você, mas eu acho que também é um bom material, um bom vídeo institucional para o programa, que a gente fez uma apresentação geral das nossas linhas, dos nossos interesses de pesquisa, e também que isso circule entre os nossos colegas, professores para que eles também entendam, compreendam e vejam quais são os nossos objetivos,

esse nosso interesse institucional de fazer crescer o programa. E principalmente, como a gente estava falando, entre os alunos, para que os alunos interessados nas nossas pesquisas, nesse tipo de orientação, essa coisa mais empírica, digamos assim, as pessoas se interessem.

Então é isso, Pedro!

Pedro Heitor Barros Geraldo (InEAC-UFF)

Então, vou encerrar aqui a nossa conversa. Agradeço mais uma vez e espero que a gente consiga tocar para frente esses processos todos de construção institucional e que vocês fiquem bem também e, que apesar da pandemia, vocês segurem a peteca aí, tá bom?

Valeu, moçada! Duas horas tem mais para o pessoal que está ouvindo. A gente vai falar com o defensor-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Pacheco, que foi recentemente reeleito, reconduzido ao cargo de defensor-geral pelos colegas, e tem implementado políticas de inclusão profissional através dos concursos. A Defensoria tem discutido isso e ele vai conversar um pouco sobre a gestão dele e sobre os projetos futuros da Defensoria.

Depois nós vamos ter ainda o presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, que vai vir conversar com a gente, o Desembargador João Lages. E finalmente, a gente vai concluir com o representante de área da FAPERJ na área de Direito, o Professor Gustavo Siqueira, da UERJ, que é professor do Programa de Pós-Graduação em Direito, pesquisador também do CNPq e Jovem Cientista da FAPERJ. E a gente conclui com essa conferência de encerramento, fica o convite para vocês.

Valeu moçada, e até mais tarde!